autuado por cintiacarrer em 25/08/2026 16:46:02.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL664/2025

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

- Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016 – Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e outras normas.

- Lei Federal nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024 – Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.

- Lei Federal nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025 – Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica.

- Lei Federal nº 15.211, de 17 de setembro de 2025 – Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente).

- Lei Estadual nº 12.730, de 11 de outubro de 2007 – Proíbe o uso de telefone celular nos estabelecimentos de ensino do Estado, durante o horário de aula.

- Lei Estadual nº 18.058, de 5 de dezembro de 2024 – Altera os artigos 1º a 3º e inclui os artigos 4º a 6º na Lei nº 12.730, de 11 de outubro de 2007, proibindo a utilização de celulares e outros dispositivos eletrônicos pelos alunos nas unidades escolares da rede pública e privada de ensino, no âmbito do Estado de São Paulo.

- Lei Municipal nº 11.123, de 22 de novembro de 1991 – Dispõe sobre a política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 11.545, de 7 de junho de 1994 – Disciplina o uso de aparelhos de telefonia celular e congêneres no interior dos cinemas, teatros, hospitais, velórios, casas de espetáculos e nas dependências das repartições públicas municipais, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 13.464, de 4 de dezembro de 2002 – Dispõe sobre a garantia de assistência aos alunos da rede pública municipal de ensino com problemas no aprendizado e na integração escolar.

- Lei Municipal nº 13.780, de 11 de fevereiro de 2004 – Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Atenção à Saúde do Escolar e dá outras providências.

Matéria DSP 12845/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 25/08/2026 e juntado ao PL 664/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=758369.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 15.114, de 14 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre a criação de Observatório de Proteção Integral à Infância e Adolescência e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 15.206, de 23 de junho de 2010 – Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir a Semana de Combate e Conscientização da Síndrome de Burnout, a ser realizada anualmente na semana do dia 15 de outubro, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 16.710, de 11 de outubro de 2017 – Dispõe sobre princípios e diretrizes para a elaboração e implementação das políticas públicas pela primeira infância no Município de São Paulo e sobre o Plano Municipal pela Primeira Infância.

- Lei Municipal nº 17.237, de 14 de novembro de 2019 – Cria o Programa Municipal de Prevenção ao Suicídio e de Promoção do Direito ao Acesso à Saúde Mental entre Jovens e Adolescentes e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 17.713, de 9 de novembro de 2021 – Institui a Campanha Permanente de Conscientização da Depressão Infantil e na Adolescência no âmbito municipal e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 18.304, de 24 de setembro de 2025 – Institui o Programa de Proteção à Infância no Ambiente Digital e dispõe sobre a obrigatoriedade de implementação de métodos de verificação de idade por empresas provedoras de aplicações de internet e provedores de conexão à internet no Município de São Paulo e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 98/2026 – Institui a Política Municipal de Atenção e Prevenção à Nomofobia relacionada ao uso excessivo de telefones celulares no Município de São Paulo, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 933/2025 – Dispõe sobre a instituição da Política Municipal de Prevenção ao vício em jogos eletrônicos, videogames, plataformas digitais e redes sociais no âmbito das escolas públicas do Município de São Paulo, com foco na promoção da saúde mental e inclusão digital consciente, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 815/2024 – Proíbe o uso de celulares e outros dispositivos eletrônicos nas escolas públicas e privadas da Cidade de São Paulo.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 25 de agosto de 2026.

CINTIA TALARICO DA CRUZ
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 12845/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 25/08/2026 e juntado ao PL 664/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=758369.